

Prefeitura Municipal de Uauá

Outros

CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE UAUÁ - BA CÂMARA TÉCNICA DE INFRAESTRUTURA

INTERESSADO: Conselho Municipal de Meio Ambiente / Prefeitura Municipal de Uauá

ASSUNTO: Concessão de CARTA DE INEXIGIBILIDADE para a execução das obras e serviços de engenharia civil para recuperação e encascalhamento da estrada vicinal que liga a BR-235 às proximidades do povoado de Barriguda, no município de Uauá – BA, com extensão de aproximadamente 13000,00 metros, conforme Plano de Trabalho, especificações técnicas, planilhas orçamentárias e cronograma de execução físico-financeira constantes do processo administrativo Nº 59560.001552/2013-65.

RELATOR: João Bosco Gonçalves Menezes

PARECER: CT-INFRAESTRUTURA Nº 001/2018

APROVADO EM: 15 de agosto de 2018

RELATÓRIO: No dia 05 de junho de 2018 a presidência do CMMA encaminha à Câmara Técnica de Infraestrutura o PARECER TÉCNICO – 01/2018, datado de 05 de junho de 2018, referente ao Convênio de 17/12/2013, CODEVASF/PMU,m acompanhado de Requerimento Licenciamento Ambiental da Prefeitura de Uauá e o Convênio CV nº. 6.040.00/2013 firmado entre a CODEVASF e o Município de Uauá – Bahia e seus anexos. SOLICITA que a Câmara Técnica de Infraestrutura ofereça PARECER quanto ao pedido da Prefeitura de Uauá que o CMMA conceda CARTA DE INEXIGIBILIDADE para a execução das obras e serviços de engenharia civil para recuperação e encascalhamento da estrada vicinal que liga a BR-235 às proximidades do povoado de Barriguda, no município de Uauá – BA, com extensão de aproximadamente 13000,00 metros.

Legislação consultada/observada:

- Lei nº 10.431 de 20/12/2006 - Dispõe sobre a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia e dá outras providências.

- DECRETO Nº 15.682 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014 - Altera o Regulamento da Lei nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006 e da Lei nº 11.612, de 08 de outubro de 2009, aprovado pelo Decreto nº 14.024, de 06 de junho de 2012.

Em ESPECIAL o ANEXO II - TIPOLOGIA E PORTE DOS EMPREENDIMENTOS E ATIVIDADES SUJEITOS AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

PAG. 73

DIVISÃO F: OBRAS CIVIS

Grupo F1: Infraestrutura de Transporte

F1.1	Complexo s Viários (Implantação ou Ampliação de estradas, pontes e afins)	Extensão (Km)	Pequeno < A
			100
			Médio >
			100 < 500
			Grande >
			500

Prefeitura Municipal de Uauá

PARECER: CT-INFRAESTRUTURA Nº 001/2018

Diante do acima transcrito, levando-se em conta que o objeto da obra não implica em Implantação ou Ampliação da estrada, não necessita de Licenciamento Ambiental, o que não EXIME do cumprimento pelo executante da obra das RECOMENDAÇÕES e das CONDICIONANTES elencadas no PARECER TÉCNICO – 01/2018, de 05 de junho de 2018, (8. Condicionantes) a saber:

- I – Preservar mata nativa e área de APP, evitando-se derrubada de árvores de forma desnecessária;
- II – Pavimentação sobre a mesma área de domínio anterior, mesmo eixo;
- III – Utilização na pavimentação de água armazenada pela chuva ou de mananciais/poços artesianos sem condições de potabilidade para o ser humano;
- IV – Utilização de cascalho extraído da lateral da estrada, respeitando o limite de espaço imposto pela faixa de domínio;
- V – Fica proibida a disposição aleatória e/ou a queima a céu aberto de resíduos industriais e/ou domésticos;

Além das condicionantes acima observar ainda, as seguintes:

- I – Que a jazida de onde será retirado o cascalho venha a acumular água das chuvas e que não ofereça risco para o livre acesso para os animais;
- II – Que a (s) área (s) destinada (s) a revegetação com hidrossemeadura prevista no projeto, seja escolhida pelas comunidades onde a obra será iexecutada;
- III – Que na revegetação com hidrossemeadura prevista no projeto, seja utilizada exclusivamente sementes de espécies nativas do território de execução da obra.

As condicionantes acima deverão constar num Termo de Referência, que deverá ser firmado entre a Prefeitura Municipal de Uauá e a empresa que irá executar a obra.

Mediante o que foi acima descrito esta Câmara Técnica **RESOLVE:**

Art. 1º - O Conselho Municipal de Meio Ambiente de Uauá, emitirá CARTA DE INEXIGIBILIDADE para a execução das obras e serviços de engenharia civil para recuperação e encascalhamento da estrada vicinal que liga a BR-235 às proximidades do povoado de Barriguda, no município de Uauá – BA, com extensão prevista no Convênio CV nº. 6.040.00/2013 celebrado entre a CODEVASF e o Município de Uauá – Bahia.

Parágrafo primeiro - Na CARTA DE INEXIGIBILIDADE deverá constar as CONDICIONANTES elencadas no PARECER TÉCNICO – 01/2018, de 05 de junho de 2018, (8. Condicionantes) a saber:

- I – Preservar mata nativa e área de APP, evitando-se derrubada de árvores de forma desnecessária;
- II – Pavimentação sobre a mesma área de domínio anterior, mesmo eixo;

Prefeitura Municipal de Uauá

III – Utilização na pavimentação de água armazenada pela chuva ou de mananciais/poços artesianos sem condições de potabilidade para o ser humano;

IV – Utilização de cascalho extraído da lateral da estrada, respeitando o limite de espaço imposto pela faixa de domínio;

V – Fica proibida a disposição aleatória e/ou a queima a céu aberto de resíduos industriais e/ou domésticos;

Parágrafo segundo - Na CARTA DE INEXIGIBILIDADE deverá constar ainda as seguintes condicionantes:

I – Que a jazida de onde será retirado o cascalho venha a acumular água das chuvas e que não ofereça risco para o livre acesso para os animais;

II – Que a (s) área (s) destinada (s) a revegetação com hidrossemeadura prevista no projeto, seja escolhida pelas comunidades onde a obra será iexecutada;

III – Que na revegetação com hidrossemeadura prevista no projeto, seja utilizada exclusivamente sementes de espécies nativas do território de execução da obra.

Parágrafo terceiro - As condicionantes relacionadas nos parágrafos primeiro e segundo deste Artigo deverão constar num Termo de Referência a ser firmado entre a Prefeitura Municipal de Uauá e a empresa que irá executar a obra.

Art. 2º - O presente parecer será submetido a plenária do Conselho Municipal de Meio de Uauá e se aprovado entra em vigor na data de sua aprovação.

VOTO DO RELATOR:

Recomenda que o Conselho Municipal de Meio de Uauá siga as normas aqui estabelecidas.

Uauá – Bahia, 15 de agosto de 2018.

Conselheiro: João Bosco Gonçalves Menezes

DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara Técnica de Infraestrutura aprova o voto do Relator.

Uauá – Bahia, 15 de agosto de 2018

João Bosco Gonçalves Menezes

David da Mota Rodrigues

Jaime Santana Silva